

PREFÁCIO

O Direito Bancário e o Direito dos Valores Mobiliários assumem, cada vez mais, uma extrema importância para os cidadãos em geral e a sua autonomização como ramos de Direito é, atualmente, um dado adquirido. Do reconhecimento deste facto surgiu a necessidade (e oportunidade) de aprofundar a investigação científica nestes setores. Na sequência deste interesse, foi criado um Curso de Pós-Graduação em Direito Bancário e dos Valores Mobiliários no âmbito da oferta formativa do Departamento de Direito da Universidade Portucalense, cujo corpo docente é altamente diversificado, sendo composto por professores universitários, advogados, juizes, e profissionais que, fruto das suas responsabilidades e funções em entidades reguladoras do sector, elevam este curso a um dos mais completos nesta área de formação.

Paralelamente, e no âmbito dos desígnios traçados pelo Projeto de Investigação “Regulação e Literacia Financeira”, inserido no Instituto Jurídico Portucalense, efetuaram-se pesquisas aprofundadas sobre alguns temas da área que culminaram na redação de artigos científicos, dos quais partilhamos agora o primeiro volume.

O presente volume contém, artigos que foram escritos sobre alguns dos temas escrito por lecionados no Curso de Pós-Graduação *supra* referido e também sobre alguns dos objetivos de investigação traçados pelo aludido projeto de investigação.

O primeiro artigo, Lara Reis no artigo intitulado *Controlo Interno e Gestão de Riscos: Breves considerações*, identifica os novos desafios que se colocam às funções de controlo e defende a necessidade de uma transformação dos seus processos e metodologia.

No segundo artigo, da autoria de Tiago dos Santos Matias, sob o título *Product Governance 2.0 – Evolução ou regressão, eis a questão?*, procede-se a uma análise sobre as regras de governo do produto que configuram um dos mais significativos avanços na proteção do investidor.

No artigo seguinte, o terceiro, Marisa da Silva Monteiro faz uma análise breve sobre *Os Organismos de Investimento Colectivo em Capital de Risco: Tipologia e Funcionamento – Análise (Breve)*.

No quarto artigo, Maria Amália Pereira dos Santos faz uma excursão detalhada sobre os *Crimes contra o mercado de capitais*.

No quinto artigo, Nuno Bizarro partilha uma condensação sobre o surgimento e utilidade de uma das garantias bancárias mais usadas, no artigo intitulado *Da Garantia Bancária Autónoma – Definição, breve nota da sua evolução histórica e regime*.

No sexto artigo, com o título *Intermediação de crédito nos contratos de crédito ao consumo*, Fernanda Rebelo explica e comenta o atual regime jurídico.

Por fim, no sétimo e último artigo, escrito em co-autoria entre Heinrich Ewald Hörster e Maria Emília Teixeira, partilha-se, por ser pertinente, a posição doutrinária dos autores acerca de um dos assuntos controversos relativo ao direito do mutuante no preenchimento de uma livrança onde fora prestado aval, num artigo com o título *Aval e Prescrição*.

ÍNDICE

CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS: BREVES CONSIDERAÇÕES	11
Introdução	11
Aspetos comportamentais e governo societário	14
O governo societário dos bancos	16
O modelo das três linhas de defesa	18
Importância, Requisitos e Desafios do Sistema de Controlo Interno dos Bancos	20
A importância do controlo interno	20
Requisitos do controlo interno	25
Identificação, Gestão e controlo de riscos nos bancos	31
Conclusão	32
<i>PRODUCT GOVERNANCE 2.0 – EVOLUÇÃO OU REGRESSÃO, EIS A QUESTÃO?</i>	35
A. Introdução	35
B. O governo do produto (<i>product governance</i>)	37
C. Conceitos chave do Governo do Produto	40
C.1. Produtor	40
C.2. Distribuidor	41
C.3. Mercado-Alvo	43
C.4. Ciclo do governo do produto	48
D. A revisão das regras de governo de produto	51
D.1. O pacote de recuperação dos mercados de capitais, também conhecido por “ <i>quick-fix</i> ” da DMIF II	51

D.2. Incorporação dos fatores de sustentabilidade nas regras de governo do produto	54
Conclusão	56
OS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO EM CAPITAL DE RISCO: TIPOLOGIA E FUNCIONAMENTO – ANÁLISE (BREVE)	
1. Capital de Risco: O Conceito (Breve Enquadramento)	59
2. O Âmbito do Capital de Risco	62
3. O Risco	64
4. As Instituições de Capital de Risco	66
4.1. Objecto Social e Operações Autorizadas	68
4.2. Operações proibidas	72
4.3. Sociedades de Capital de Risco	76
4.4. Investidores de Capital de Risco	78
4.5. Fundos de Capital de Risco	80
4.6. A gestão	84
4.6.1. A entidade gestora	84
4.6.2. O regulamento de gestão	88
4.7. Os Participantes	91
5. Conclusões	93
6. Referências bibliográficas	94
CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS	
Introdução	97
1. A protecção do Mercado de Valores Mobiliários	99
2. O bem jurídico protegido nos crimes contra o Mercado de Valores Mobiliários	102
3. Evolução histórica da punição dos crimes contra os mercados de capitais	103
4.1. A razão de ser da incriminação do Abuso de Informação Privilegiada	108
4.2. A informação e o seu papel na regulação dos mercados de capitais	109
4.3. O dever de Informação dos emitentes dos valores mobiliários	111
4.4. O dever de divulgação de informação privilegiada	113
4.5. A informação privilegiada	114
4.6. Condutas proibidas no crime de Abuso de Informação Privilegiada	124
4.7. Os agentes do crime de Abuso de Informação Privilegiada	126
5. O crime de Manipulação de Mercado	130

5.1. Estrutura típica do crime de Manipulação do Mercado	132
Bibliografia (consultada)	137
DA GARANTIA BANCÁRIA AUTÓNOMA: DEFINIÇÃO, BREVE NOTA DA SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA E REGIME	
	141
Definição	141
Algumas notas sobre a sua história e surgimento	142
Da Garantia Bancária – regime jurídico	145
Relação da obrigação garantida	146
Relação jurídica entre o Cliente e o Banco Garante	146
Relação jurídica entre o garante e o credor beneficiário	147
Da admissibilidade da garantia bancária	148
Da Garantia Bancária – Características	150
A autonomia	150
A automaticidade	151
Da Garantia Bancária – da recusa do pagamento	152
Fraude	152
Da ilicitude do contrato-base por violação da ordem pública	153
Da Garantia Bancária – Direitos do Garante	154
A garantia bancária e a cessão de créditos	154
A garantia bancária: termo	155
INTERMEDIACÃO DE CRÉDITO NOS CONTRATOS DE CRÉDITO AO CONSUMO	
	157
Introdução	157
1. Âmbitos objetivo e subjetivo de aplicação do regime jurídico da intermediação de crédito nos contratos de crédito ao consumo	165
1.1. Noções de contrato de crédito (ao consumo), contrato de intermediação e contrato de vinculação	166
1.2. Consumidor e credor/mutuante	167
1.2.1. No DL 133/2009	167
1.2.2. No DL 81-C/2017	167
1.2.2. O intermediário de crédito e o concedente do crédito	168
1.2.2.1. O intermediário de crédito e as atividades que desenvolve no DL 133/2009	168
1.2.2.2. Confronto com a norma paralela no DL 81-C/2017	168

TEMAS DE DIREITO BANCÁRIO E VALORES MOBILIÁRIOS

1.2.2.3. Tipos de intermediário de crédito no DL 81-C/2017	169
1.2.2.4. O concedente do crédito ou as instituições autorizadas a conceder crédito	169
2. Alguns aspetos do regime jurídico da intermediação de crédito	170
2.1. As atividades de Intermediário de Crédito	170
2.2. Categorias de intermediários de crédito	172
2.3. Direitos de exclusivo	173
2.4. Acesso à atividade de intermediário de crédito	173
2.5. Poderes de supervisão do Banco de Portugal	174
Considerações finais	175
Referências bibliográficas	177
AVAL E PRESCRIÇÃO	181
I. Síntese dos factos provados e decisão	181
II. Análise e apreciação jurídica dos factos e das questões de direito suscitadas	184
III. Conclusão	202